

Fronteira Brasil-Guiana Francesa: interações espaciais, cidades gêmeas e exploração petrolífera

Brazil-French Guiana border: spatial interactions, twin cities and oil exploration

Frontera Brasil-Guayana Francesa: interacciones espaciales, ciudades gemelas y exploración petrolera

Camilo Pereira Carneiro Filho ^{1*} ; Laura Beatriz Silva Leal 

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

* Autor correspondente: camilo.pereira@ufg.br

Resumo

Entre momentos de aproximação e afastamento, ao longo do tempo, a fronteira Brasil-Guiana Francesa e suas funções de segurança e defesa passaram a conviver com outras como integração e cooperação. Não obstante, o período da pandemia de COVID-19 (11 de março de 2020 a 5 de maio de 2023) evidenciou diversos obstáculos na relação entre Brasília e Paris, que envolvem a conclusão da rodovia BR-156, a regularização do trânsito pela Ponte Binacional Franco-Brasileira, entre outros pontos. Dessa forma, o presente artigo traz uma análise acerca das interações espaciais na fronteira terrestre entre Brasil (Amapá) e França (Guiana Francesa), contemplando a consolidação da fronteira, a dinâmica das cidades gêmeas e a expectativa da exploração de petróleo no litoral norte de Oiapoque. Em termos de metodologia, o trabalho configura uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica, sob a ótica da Geopolítica e da Geografia Política, enriquecida com trabalho de campo e cartografia temática.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Guiana Francesa; Integração regional; Oiapoque; COVID-19.

Abstract

Between moments of approximation and separation, over time, the Brazil-French Guiana border and its security and defense functions began to coexist with others such as integration and cooperation. However, the period of the COVID-19 pandemic (March 11, 2020 to May 5, 2023) highlighted several obstacles in the relationship between Brasília and Paris, which involve the completion of the BR-156 highway, the regularization of traffic across the Franco-Brazilian Binational Bridge, among other points. Thus, the present article presents an analysis of the spatial interactions on the border between Brazil (Amapá) and France (French Guiana), contemplating the consolidation of the border, the dynamics of the twin cities and the expectation of oil exploration on the north coast of Oiapoque. In terms of methodology, this paper constitutes a qualitative research, based on bibliographic analysis, from the perspective of Geopolitics and Political Geography, enriched with fieldwork and thematic cartography.

Keywords: Brazil-French Guiana Border; Regional Integration; Oiapoque; COVID-19.

Recebido: 17 de março, 2025.

Aceito: 28 de setembro, 2025.

Publicado: 11 de outubro, 2025.

Resumen

Entre momentos de acercamiento y separación, a lo largo del tiempo, la frontera Brasil-Guayana Francesa y sus funciones de seguridad y defensa comenzaron a convivir con otras como las de integración y cooperación. Sin embargo, el período de la pandemia de COVID-19 (del 11 de marzo de 2020 al 5 de mayo de 2023) puso de relieve varios obstáculos en la relación entre Brasilia y París, que involucran la finalización de la carretera BR-156, la regularización del tráfico a través del Puente Binacional Franco-Brasileño, entre otros puntos. Así, el presente artículo presenta un análisis de las interacciones espaciales en la frontera terrestre entre Brasil (Amapá) y Francia (Guayana Francesa), contemplando la consolidación de la frontera en el tiempo, la dinámica de las ciudades gemelas y la expectativa sobre la exploración petrolera en la costa norte de Oiapoque. En términos metodológicos, este trabajo constituye una investigación cualitativa, basada en el análisis bibliográfico, desde la perspectiva de la Geopolítica y la Geografía Política, enriquecida con trabajo de campo y cartografía temática.

Palabras clave: Frontera Brasil-Guayana Francesa; Integración Regional; Oiapoque; COVID-19.

Introdução

Dos dez países com os quais o Brasil compartilha diádes, nove possuem uma economia menor do que a brasileira e, em apenas um caso, o país vizinho possui um PIB superior ao brasileiro. Trata-se de uma fronteira com um país da União Europeia: a França. Esta diáde – que possui extensão de 730,4 km, sendo 427,2 km por rios e 303,2 km por divisores de águas (LNCC, 2024) – é a maior de todas as fronteiras francesas. Isto ocorre pelo fato de a Guiana Francesa, classificada como uma Coletividade Territorial Francesa em território sul-americano, compartilhar um limite internacional com o Brasil, que acompanha o leito do rio Oiapoque, de sua foz até a nascente, para, então, seguir o divisor de águas da Bacia Amazônica até a tríplice fronteira Brasil-Guiana Francesa-Suriname.

A fronteira Brasil-Guiana Francesa é marcada pela presença de poucas comunidades ribeirinhas e das cidades gêmeas de Oiapoque, com 27.482 habitantes (IBGE, 2022), e Saint-Georges, com 4.505 habitantes (Insee, 2020). Tais localidades são conectadas pela Ponte Binacional Franco-Brasileira, uma estrutura do tipo estaiada, com 378 m de extensão e 83 m de altura, sendo que sua construção durou de 2008 a 2011, e sua abertura para circulação

ocorreu apenas em 2017 – episódio que não contou com a presença dos presidentes dos dois países, apenas com autoridades de escalões menores (Silva *et al.* 2023).

Apesar de separar os dois Estados nacionais, o limite internacional nunca conseguiu separar efetivamente os povos que vivem na Bacia do Rio Oiapoque, nem conseguiu bloquear a migração de trabalhadores brasileiros – em especial, os garimpeiros – para o território franco-guianense. Nas últimas décadas, o valor simbólico desta fronteira cresceu, uma vez que ela materializa uma zona de contato entre o Mercosul (Brasil, Amapá) e a União Europeia (França, Guiana Francesa) – ainda que as negociações envolvendo o acordo de livre comércio entre os dois blocos se arrastem há 25 anos, em meio ao protecionismo sustentado por diferentes setores econômicos dos Estados-membros (Silva; Granger; Le Torneau, 2019).

Durante a pandemia de COVID-19 (que vigorou de 30 de janeiro de 2020 a 5 de maio de 2023, conforme a Organização Mundial da Saúde), por alguns meses, a circulação na fronteira foi formalmente restringida por meio de medidas impostas pelo governo francês. No entanto, isso não impediu que a população local desenvolvesse estratégias para contornar a proibição. O fato ilustra a precária relação entre Brasília e Paris no que se refere ao tema da integração Amapá-Guiana Francesa.

Nos últimos anos, a população da região encontra-se na expectativa em relação às enormes jazidas de petróleo descobertas na plataforma continental do Escudo das Guianas. Tais jazidas se estendem do litoral da República Cooperativa da Guiana até a costa norte do Amapá, fazendo com que a Petrobras (empresa estatal brasileira) desse início a estudos para a exploração petrolífera na foz do rio Oiapoque. Caso a exploração se materialize efetivamente, o município de Oiapoque deverá receber milhões de reais em *royalties* e a realidade da região será alterada de maneira significativa, considerando fatores como aumento populacional, desmatamento, poluição

decorrente de vazamentos de óleo, valorização imobiliária e subida dos preços de aluguéis, crescimento da prostituição, dentre outros aspectos. Por outro lado, os habitantes de Oiapoque nutrem a esperança de que a exploração de petróleo alavanque a economia local e gere empregos.

Face ao exposto, o presente trabalho visa analisar o processo de formação da fronteira franco-brasileira, levando em conta os obstáculos à integração regional, bem como os impactos derivados da pandemia de COVID-19 e da futura exploração de petróleo na foz do rio Oiapoque.

Em relação à metodologia, a partir da ótica da Geopolítica e da Geografia Política, o artigo configura uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório quanto aos objetivos, sendo pautada em análise bibliográfica e documental no que tange aos procedimentos (Marconi; Lakatos, 2012), enriquecida com trabalho de campo (realizado entre 24 de agosto de 2 de setembro de 2024) e cartografia temática elaborada com o *software* ArcGIS.

Breve histórico do Amapá

O Amapá é considerado um estado, ao mesmo tempo, periférico e estratégico. Enquanto periférico, esse ente da federação apresenta grandes problemáticas, estando isolado em relação ao restante do país, dada a presença da barreira natural amazônica, que dificulta sua interligação rodoviária, diminuindo sua área de influência. O Amapá se encontra, assim, na periferia geográfica e econômica do Brasil. Além disso, o estado é marcado por sua condição de considerável dependência econômica face ao governo central, em especial nos fluxos comerciais. O Amapá possui, nesse aspecto, apenas 9% de receita própria, sendo o restante fornecido pela União (Tostes; Ferreira, 2017).

Para além disso, a zona de fronteira Brasil-França possui uma realidade específica, conforme apontado por Porto e Costa (2016):

[...] o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar. (Porto; Costa, 2016, p. 37).

Historicamente, a zona de fronteira entre Brasil e França tem sido marcada por uma condição de relativo abandono. A delimitação da fronteira entre os dois países foi antecedida por uma série de litígios que se desenvolveram no decorrer dos séculos XVII a XIX. No século XVIII, o Tratado de Utrecht, firmado em 1713, estabeleceu os limites territoriais entre França e Portugal. Este último país, e posteriormente o Brasil independente, reivindicavam a área correspondente à totalidade da bacia norte do rio Oiapoque. No entanto, as reclamações francesas se chocavam com as luso-brasileiras. Os gauleses reivindicavam uma área de 550 mil km, que abrangia a parte setentrional do Pará (que incluía o Amapá naquele tempo), o nordeste do Amazonas e o leste do que hoje é o estado de Roraima. No ano de 1856, o Brasil chegou a propor a divisão do território em disputa, tendo como limite o rio Calçoene. Contudo, a França recusou a partilha, reivindicando seus direitos sobre o rio Araguari.

A descoberta de ouro na região despertou os interesses de franceses e luso-brasileiros. A cobiça pelo metal fez com que o aventureiro francês Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, tentasse, por duas vezes (entre 1886 e 1887, e no período de 1887 a 1891), implementar um território denominado “República de Cunani”, no norte do Brasil. A disputa em torno do território fronteiriço durou aproximadamente 200 anos (Brosseau, 1901).

Tendo em vista o risco da ocorrência de um conflito bélico, impulsionado pela descoberta de jazidas de ouro em Calçoene, no ano de 1894 – um

combate, no ano seguinte, ficou conhecido como Intrusão Francesa no Amapá, envolvendo 340 tropas e resultando na morte de 100 pessoas, entre militares e civis –, Brasil e França optaram por demandar uma arbitragem, que foi realizada pelo presidente da Suíça, Walter Hauser.

Na esteira dos acontecimentos, em 1900, o presidente suíço expediu o chamado Laudo Suíço, que garantiu o ganho de causa ao Brasil na Questão do Contestado Franco-Brasileiro (Silva; Granger; Tourneau, 2019). Hoje, no município de Oiapoque, há um monumento em homenagem à atuação do Barão do Rio Branco naquela disputa diplomática (Jorge, 1999). O monumento pode ser visto na figura 1, obtida em trabalho de campo em 2024.

Figura 1 – Monumento Laudo Suíço (Oiapoque)



Fonte: Pereira Carneiro, 2024.

Cabe recordar também que a história da formação da fronteira franco-brasileira possui, ainda, outra personagem histórica emblemática, Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido como Cabralzinho. O mito a seu respeito envolve sua liderança na luta dos amapaenses pela defesa do território brasileiro contra a invasão de tropas francesas no fim do século XIX. Ao alvorecer do dia 15 de maio de 1895, a vila do Espírito Santo do Amapá (hoje, município de Amapá) foi invadida por uma tropa da Legião Estrangeira, vinda de Caiena, a capital da Guiana Francesa. Cabralzinho liderou a resistência e se tornou um herói, protegendo a soberania brasileira na região (Canto, 2010).

Uma estátua em sua homenagem foi erguida no município de Amapá.

Apesar dos acontecimentos bélicos e da solução diplomática alcançada com a arbitragem, que estabeleceu os limites reconhecidos entre o Amapá e a Guiana Francesa, a região ainda conviveu com uma nova tentativa de separação territorial, desta vez liderada por um cidadão francês naturalizado brasileiro, Adolph Brezet, que idealizou a criação do “Estado Livre de Cunani” (proposta que existiu entre os anos de 1892 e 1912). Após tomar conhecimento do movimento, o governo brasileiro enviou tropas à região e efetuou a prisão dos envolvidos, dando fim ao sonho de Brezet.

Posteriormente, na quarta década do século XX, um marco na história amapaense foi a criação do Território Federal do Amapá, pelo Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, no âmbito da doutrina de segurança nacional varguista. Naquela altura, o Brasil estava envolvido na Segunda Guerra Mundial e os territórios federais foram criados em áreas de fronteira (Brasil, 1943). O território amapaense foi estabelecido em áreas que até então pertenciam ao estado do Pará. Não obstante, a preocupação com a segurança nacional, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional terrestre, embora legítima, não foi acompanhada de políticas públicas sistemáticas que atendessem às especificidades regionais do ponto de vista econômico nem da cidadania fronteiriça.

Ainda no início da década de 1940, a economia amapaense foi impulsionada com a descoberta de jazidas de manganês na região da Serra do Navio. Em 1944, foi criada a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (Icomi). No ano de 1949, a Icomi firmou acordo com a empresa estadunidense *Bethlehem Steel Company* para a exploração do minério do então Território Federal do Amapá. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, o Amapá foi transformado em estado.

Constata-se que, apesar do desenvolvimento da mineração, ao longo do

tempo, a economia amapaense tem enfrentado dificuldades de desenvolvimento. O território do estado possui ainda a característica de abrigar um grande número de áreas protegidas. São 19 unidades de conservação (12 federais, 5 estaduais e 2 municipais) em uma área de 8.798.040,31 hectares, que corresponde a 72% do Amapá. Ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, 22 instrumentos normativos foram criados, reconhecendo áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas) e condicionando algumas restrições ao estado do Amapá, aos indivíduos e às empresas (Assunção, 2016).

Hoje, as principais atividades econômicas do estado do Amapá são ligadas ao setor terciário, atividades extrativistas e mineração. Historicamente, a pesca desenvolvida no estado é artesanal, sendo que o crescimento da atividade tem sido limitado pela falta de mão de obra qualificada (FAMA, 2020). Outro fator que se observa é a situação econômica da região, que se encontra relacionada à precária infraestrutura existente.

A rodovia mais importante do estado é a BR-156, cujo projeto foi idealizado pelo Marechal Cândido Rondon. A rodovia corta o estado do Amapá de norte a sul e conecta a capital Macapá à fronteira com a Guiana Francesa. As obras dessa rodovia, considerada de suma importância para o desenvolvimento e a integração do Amapá, foram iniciadas em 1932, mas ainda não foram concluídas (Barbosa, 2018). Em 2024, o trecho entre Macapá e Oiapoque possuía cerca de 100 km de extensão em estrada de terra, realidade atestada no trabalho de campo realizado naquele ano e retratada na figura 2. As condições físicas da rodovia, sobretudo no trecho não asfaltado, representam um desafio aos motoristas, principalmente no período de chuvas (de dezembro a julho), por conta dos atoleiros frequentes.

Nesse contexto, o estado em que se encontra a rodovia BR-156 configura um obstáculo para o desenvolvimento do Amapá e dificulta as interações entre seus municípios. Em relação às populações que habitam as terras indígenas

Juminã, Uaçá e Galibi, situadas nas proximidades da BR-156, lá se encontram os povos Palikur, Karipuna e Galibi Marworno. Cabe destacar que a TI Uaçá está localizada literalmente às margens da rodovia (CIMI, 2019).

Figura 2 – Ponte de madeira em trecho não pavimentado da rodovia BR-156



Fonte: Pereira Carneiro, 2024.

A BR-156, embora facilite o acesso a serviços essenciais – como saúde, comercialização de farinha e frutas produzidas nas aldeias, bem como a compra de produtos na área urbana –, também traz consequências negativas ao modo de vida dos povos indígenas, como doenças, violência e destruição do território (CIMI, 2019).

As fronteiras no Escudo das Guianas

A fronteira Brasil-Guiana Francesa está inserida no Escudo das Guianas¹ (figura 3), também conhecido como Planalto das Guianas, que configura uma formação de relevo localizada na porção noroeste da América do Sul. Ele abrange cerca de 250 milhões de hectares e engloba os seguintes países: Brasil, Guiana, França (Guiana Francesa), Venezuela, Suriname e uma pequena parte da

¹ O Escudo das Guianas é uma das formações geológicas mais antigas do mundo, com origem no período Pré-Cambriano, há cerca de 4 bilhões a 500 milhões de anos atrás. Possui solos com baixa fertilidade, mas é rico em minerais como ouro, diamantes e bauxita. Essa região também abriga a maior cachoeira do mundo, o Salto Ángel, com 979 metros de altura, localizada na Venezuela.

Colômbia. No Brasil, o Escudo das Guianas abrange praticamente todo o estado de Roraima, a porção ocidental do Amapá e o norte do Amazonas e do Pará. Ao sul, essa formação se limita com a Floresta Amazônica, enquanto a oeste e norte o limite é o rio Orinoco.

Figura 3 – Área de abrangência do Escudo das Guianas



Fonte: Pereira Carneiro, 2025.

Na fronteira Brasil-Guiana Francesa, as políticas governamentais implantadas a partir dos dois lados do limite internacional impactam o quotidiano das populações locais e a circulação transfronteiriça, com destaque para o contingente de trabalhadores brasileiros que atuam em garimpos clandestinos no interior do Escudo das Guianas, em especial na Guiana Francesa (Silva; Granger; Le Tourneau, 2019).

Parte dos garimpeiros clandestinos detidos pelas forças de segurança francesas em garimpos nas áreas de proteção ambiental da Guiana Francesa é encaminhada ao Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly, nas proximidades de Caiena. Com capacidade para 625 detentos (Centre pénitentiaire de Rémire-Montjoly, 2025), em março de 2024, o centro estava superlotado e abrigava mil

reclusos, com uma taxa de ocupação de 167%, uma das mais elevadas da França. Do total de presos, cerca de 24% (151 indivíduos) eram de nacionalidade brasileira (Europe 1, 2024).

Corroborando este fato, Couto (2024) afirma que o fenômeno do encarceramento dos brasileiros no território franco-guianense está relacionado às dinâmicas migratória e criminológica que caracterizam a fronteira Brasil-Guiana Francesa.

Nos últimos anos, organizações criminosas do Brasil têm expandido as atividades para a Guiana Francesa, com o recrutamento de membros entre os jovens de comunidades carentes na periferia de Caiena – como a localidade de Buraco, formada por casebres de latão, erguidos sobre pilotis – e nos presídios, como o próprio Centro Penitenciário de Rémire-Montjoly. Na coletividade territorial francesa, as principais organizações criminosas brasileiras são o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a Família Terror do Amapá (FTA), que praticam roubos, furtos, homicídios e tráfico de drogas e estão associadas ao garimpo clandestino (Agence France-Presse, 2023).

As cidades gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges

A fronteira Brasil-França abriga as cidades gêmeas de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges de l'Oyapock (Guiana Francesa). Assim como outras cidades gêmeas da fronteira brasileira, Oiapoque e Saint-Georges padecem de uma condição de relativo isolamento, explicada por Machado (2005), que afirma que grande parte das regiões de fronteira se encontra isolada dos centros nacionais de seus respectivos países, seja por sua condição política e econômica menos influente, seja pela ausência ou precariedade das redes de transportes e comunicações. Ao mesmo tempo, as localidades fronteiriças também estão formalmente isoladas em razão do papel disjuntor dos limites internacionais. Com isso, a cooperação transfronteiriça entre cidades gêmeas se dá, na maioria das vezes, por meio de acordos tácitos entre as autoridades

locais.

Outro elemento marcante nas localidades de Oiapoque e Saint-Georges é a relevante presença de comunidades nativas, muitas das quais compõem redes de parentesco que coexistem dos dois lados do limite internacional. Em geral, as comunidades rurais estão envolvidas em atividades de subsistência fora do circuito econômico regional ou como assalariados rurais e mineiros e, em alguns casos, na agricultura familiar. Esse modo de vida das comunidades, sustentável em todos os casos, é constantemente ameaçado pela invasão de terras para extração de madeira e pelo estabelecimento de grandes empreendimentos de mineração, o que leva à degradação de grandes porções de florestas, ameaçando sua sobrevivência econômica, social e cultural (COSIPLAN, 2017).

As relações entre os dois lados da fronteira Brasil-Guiana Francesa passaram por momentos distintos ao longo do tempo, a saber: i) da consolidação da fronteira até a década de 1980, havia uma relação de afastamento entre o Brasil e a Guiana Francesa; ii) a partir do final do século XX, houve um redesenho da fronteira, com ênfase às dimensões de cooperação e de controle, quando a fronteira passou a ter maior relevância para escalões estaduais-regionais (Amapá e Guiana Francesa), bem como nacionais (Brasil e França) e supranacionais (Mercosul e União Europeia); iii) com a inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque (em 2017), houve um segundo redesenho da fronteira, materializado pela superposição e pela contradição entre interesses locais e nacionais, o que impactou diretamente a dinâmica da circulação na bacia do Oiapoque (Silva; Granger; Le Torneau, 2019).

É importante destacar que as interações transfronteiriças entre o lado brasileiro e o lado francês do rio Oiapoque foram dificultadas, nas últimas décadas, pela exigência de visto para brasileiros que desejam entrar na Guiana

Francesa². Em decorrência desta exigência, a circulação na bacia do Rio Oiapoque tem hoje a dualidade do trânsito terrestre formalizado e das catraias (pequenas embarcações a motor de popa que servem de transporte de táxi para a travessia do rio) – que podem ser de uso informal ou formal, de maneira associativa e cooperativista – sua marca mais peculiar.

Apesar da ponte e da abertura das estradas apontarem para um possível predomínio da circulação terrestre nos próximos anos, tanto a informalidade da circulação fluvial quanto o fato de que núcleos populacionais isolados como Vila Brasil, Ilha Bela, Camopi ou Ouanary dependem desta última para o seu abastecimento, deverão forçar a continuidade do uso do Rio Oiapoque como via de comunicação fundamental entre as duas margens, ou entre os núcleos urbanos e suas periferias longínquas (Silva; Granger; Le Torneau, 2019).

Historicamente, a fronteira Brasil-Guiana Francesa tem sido marcada por uma presença secular de destacamentos militares de Brasil e França. Contudo, no presente século, esta presença militar se intensificou na margem francesa, com uma atuação mais forte da *Police aux Frontières* (PAF), da Marinha da França e com a implantação de companhias militares vindas da França metropolitana, caso dos *Chasseurs alpins*. Apesar de contarem com muitos homens, as autoridades francesas reconhecem a porosidade da fronteira de 730 km, com um espaço vivido, com lógica orgânica e circulação intensa, como um elemento que desafia o trabalho de fiscalização e controle (A Fronteira..., 2022).

² A emissão de vistos para cidadãos brasileiros pelo Consulado Honorário Francês de Macapá foi suspensa em 2020, quando a França passou a emitir somente vistos biométricos, disponíveis apenas na Embaixada da França, em Brasília. A atitude foi considerada, pelo governo brasileiro, como um obstáculo ao desenvolvimento de Oiapoque (Grayer, 2024). Apenas em 2024, a França retomou a emissão de vistos para a Guiana Francesa em Macapá. O visto de turista para cidadão brasileiro na Guiana Francesa tinha validade de um ano e custava 60 euros, sendo emitido ainda nos consulados da França em Recife, São Paulo e Brasília. Em junho de 2025, o presidente Emmanuel Macron anunciou que a França deixaria de exigir o visto para brasileiros que desejasse entrarem na Guiana Francesa.

Em relação à pandemia de COVID-19, uma importante pesquisa desenvolvida na fronteira Brasil-Guiana Francesa, acerca dos impactos da COVID-19 na região, ocorreu no âmbito do projeto *Les effets de la pandémie de Covid-19 sur la dynamique de la circulation transfrontalière à la frontière franco-brésilienne*", vinculado ao *Centre de Recherche et de Documentation des Amériques* - CREDA - UMR 7227 e ao *OHM Oyapock*, e envolveu uma parceria entre pesquisadores brasileiros e franceses. O projeto, desenvolvido entre 2022 e 2023, resultou no documentário "A fronteira Brasil-Guiana Francesa (França) e a pandemia de COVID-19".

A referida pesquisa revelou que a ponte binacional permaneceu fechada por mais de um ano e só houve uma abertura oficial em janeiro de 2022. No período da pandemia de COVID-19, autoridades de diferentes níveis governamentais adotaram medidas de *lockdown* visando conter a disseminação do coronavírus pela fronteira Brasil-Guiana Francesa. Na margem brasileira, em 17 de março de 2020, foi instituído o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COESP). Do mesmo modo, leis estaduais amapaenses, a partir de 19 de março de 2020, decretaram estado de calamidade pública e proibiram aglomerações e, em um segundo momento, estabeleceram as diretrizes para a retomada gradual das atividades, tendo em vista que não podiam desprezar as consequências sofridas pela economia e pelas famílias (A Fronteira..., 2022).

Cabe ressaltar que as relações diplomáticas entre as unidades políticas situadas dos dois lados do Rio Oiapoque têm impactado, historicamente, a circulação transfronteiriça e o cotidiano das populações que habitam esta porção da Amazônia. Até o começo das contaminações por COVID-19, existiam normas na fronteira Brasil-Guiana Francesa que regulavam a circulação "formal", embora o trânsito informal permanecesse significativo. As barreiras normativas existentes não impediam as conexões entre os fluxos migratórios e as famílias binacionais. No entanto, a pandemia do COVID-19 levou Brasil e

França a tomarem medidas mais rígidas para restringir a circulação na fronteira. A partir de então, a fronteira franco-brasileira passou a ter uma nova função: a de barreira sanitária, com inspeções diárias, algo que até aquele momento não havia ocorrido (Silva; Granger, 2020).

Ao longo da pandemia de COVID-19, nas cidades gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges, somente os estabelecimentos comerciais e serviços de primeira necessidade tiveram autorização para continuar operando. No tocante a Saint-Georges, a situação foi agravada pelo fato desta enfrentar o confinamento prolongado, uma vez que o governo francês isolou a cidade do resto do território guianense, o que acarretou problemas de abastecimento. As medidas oficiais tomadas em prol do fechamento da fronteira fizeram os preços da travessia pelo rio Oiapoque (que passou a ser realizada de forma clandestina) aumentarem exponencialmente. Além disso, a travessia por meio da ponte para o lado francês foi restrita a dias e horários específicos. Dessa forma, a ponte, mais do que o rio, atribuiu uma função de filtro à fronteira (A Fronteira..., 2022).

Extração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas

A Petrobras já está presente na foz do rio Amazonas, realizando pesquisas de levantamento geofísico desde 1969. Contudo, em anos recentes ocorreram descobertas de jazidas de petróleo e gás em regiões próximas do Amapá, mais especificamente nas plataformas continentais do Suriname, da República da Guiana e da Guiana Francesa.

Atenta a estas descobertas, a Petrobras passou a investigar a área localizada na parte setentrional do litoral brasileiro, entre os estados do Amapá e Rio do Grande do Norte, a chamada Margem Equatorial (figura 4). Nesta região, foi atestado um grande potencial petrolífero. Assim, para o litoral amapaense, a empresa produziu o Plano Estratégico (2024-2028), que prevê investimentos de US\$ 3,1 bilhões na região em cinco anos, e a perfuração de

16 poços (Petrobras, 2024).

O governo do Amapá acredita que os *royalties* pagos pela Petrobras garantirão receitas importantes ao estado e potencializarão a geração de empregos, impactando positivamente o aumento do PIB. Por outro lado, em nível federal, o governo brasileiro enfrenta o paradoxo de sediar em Belém, na Amazônia, a COP 30 em 2025 – a Conferência da ONU voltada a propor medidas de combate às mudanças climáticas – e, ao mesmo tempo, anunciar investimentos no setor de petróleo e gás no litoral do estado do Amapá, que abriga a floresta Amazônica em condição de maior conservação.

Figura 4 – Bacias e blocos de exploração de petróleo na Margem Equatorial



Autor: Pereira Carneiro, 2025. Adaptado de: Arayara, 2023.

Nesse sentido, o município de Oiapoque possui um grande potencial para exploração do petróleo na plataforma continental, localizado dentro da área denominada Bacia da Foz do Amazonas. As maiores dificuldades encontradas para tal atividade são a fronteira internacional com a Guiana

Francesa e o precário estado de conservação da BR-156 (Junqueira, 2023).

Tendo em vista a dificuldade de acesso a Oiapoque, a Petrobras realizou investimentos no aeródromo do município, que dista 580 km da capital, Macapá. Em agosto de 2022, a petrolífera assinou convênio com a prefeitura de Oiapoque para a realização de obras de infraestrutura naquele espaço. Assim, em novembro do mesmo ano, um avião da empresa Omni fez o primeiro voo com funcionários da Petrobras na região (Aleixo, 2022).

Apesar das expectativas positivas de parte da população amapaense acerca da exploração de hidrocarbonetos na área da plataforma continental na Bacia da Foz do Amazonas, em maio de 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recomendou que fosse negado o pedido da Petrobras para furar um poço de petróleo no bloco 59, localizado naquela área, situada a cerca de 160 km da costa do município de Oiapoque.

A negativa foi dada em razão dos impactos previstos nas três terras indígenas do município, assim como pelas incertezas encontradas no plano da Petrobras para atendimento à fauna, em caso de acidente envolvendo derramamento de óleo – na região há espécies endêmicas ameaçadas e fortes correntes marítimas. O empreendimento projetado pela Petrobras é marcado pela insegurança técnica e jurídica, não contando com uma avaliação mais ampla da compatibilidade entre a extração de hidrocarbonetos e o contexto social e ambiental do Amapá (ARAYARA, 2023).

Em 2024, o pedido para a perfuração de poços de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas ainda se encontrava em análise e a Petrobras se mobilizava para destravar a licença junto ao Ibama.

Ainda quanto aos riscos ambientais, o perigo de um desastre já ronda a região antes mesmo da abertura dos poços, tendo em vista que o tráfego de embarcações transportando petróleo já é intenso.

A partir de 2015, o anúncio da descoberta de grandes jazidas na plataforma continental dos países do Escudo das Guianas fez com que em regiões próximas ao Amapá a extração de hidrocarbonetos passasse a ser fortemente impulsionada por meio da concessão da extração a empresas multinacionais de países do hemisfério Norte. Esse fato fez com que o trânsito de navios petroleiros aumentasse substancialmente no litoral norte da América do Sul.

Com uma possível exploração da Petrobras na Margem Equatorial, o tráfego de navios irá aumentar ainda mais e, até o momento, não existem planos de contingência adequados para a região em caso de vazamento de óleo (Deutsche Welle, 2024).

É preciso recordar que, em relação às unidades da federação que abrigam áreas da Amazônia, o Amapá é o estado mais preservado, com a maior cobertura florestal de pé, possuindo diferentes ecossistemas: mangues, campos, campinas, cerrado, florestas de terra firme, florestas de várzea e florestas de igapó (Penha, 2023).

A liberação para a exploração do petróleo na Bacia da Foz do Amazonas representa riscos à fauna e à flora brasileiras. A ilha de Maracá, por exemplo, localizada na costa do Amapá, tem uma das maiores concentrações de onças pintadas do mundo. Um derramamento coincidindo com a maré cheia irá atingir os manguezais, os lagos e os campos inundados, sendo impossível a remoção do óleo nessas condições (Deutsche Welle, 2024).

Já em relação às expectativas de desenvolvimento e geração de emprego e renda no Amapá, ligadas ao setor do petróleo, a população de Oiapoque se mostra apreensiva sobre como o município ficará após o esgotamento das jazidas de petróleo, dentro de 30 ou 40 anos. Além disso, há um temor acerca de como a precariedade das infraestruturas de saneamento, transportes, comunicações, saúde, educação e habitação irá influenciar no

cotidiano de trabalhadores e turistas atraídos pela exploração de petróleo (Portela, 2023).

Cabe lembrar que a atividade petrolífera carece de mão de obra em diversas áreas – construção civil, logística, transportes, serviços especializados etc. –, dinamizando o mercado de trabalho local. Contudo, a mão de obra mais qualificada deverá vir de grandes centros urbanos do Brasil e mesmo do exterior, o que fará com que parcela significativa dos melhores salários e empregos seja destinada à população de fora do estado do Amapá e do município de Oiapoque (Villa Nova, 2024).

Conclusão

As interações transfronteiriças entre Brasil e Guiana Francesa trazem diversos questionamentos acerca das relações entre Brasília e Paris. Nesse sentido, o estudo das relações transfronteiriças entre as cidades gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges de l'Oyapock mostrou a necessidade das populações atravessarem a fronteira diariamente para suas atividades econômicas. Nesse contexto, durante a pandemia da COVID-19, houve uma limitação da travessia entre os dois países, agravando as relações entre amapaenses e franco-guianenses, além de prejudicar os moradores das duas cidades. Tal cenário aponta para uma necessidade de maior diálogo entre autoridades brasileiras e francesas de diferentes escalas.

Atualmente, a expectativa ao redor da exploração petrolífera tem criado um cenário que envolve novas oportunidades de geração de renda, mas também oferece riscos sociais e ambientais à região. Por um lado, o setor do petróleo pode gerar novos postos de trabalho no Amapá, podendo diminuir o peso do garimpo clandestino, muitas vezes, a única alternativa de renda de muitos amapaenses.

Por outro lado, a extração de hidrocarbonetos apresenta sérios desafios

ambientais em uma área que possui uma rica biodiversidade e conta com comunidades indígenas que poderão ser afetadas. Assim, conclui-se que embora a exploração de petróleo no Amapá tenha o potencial de gerar avanços econômicos, os riscos ambientais demandam um planejamento eficaz que possa reduzi-los tornando essa atividade econômica mais segura e responsável ambiental e socialmente.

Referências

AGENCE FRANCE-PRESSE. **Quadrilhas super-violentas do Brasil avançam para a Guiana Francesa.** AFP, 17 fev. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2023/02/17/interna_internacional,1458678/quadrilhas-super-violentas-do-brasil-avancam-para-a-guiana-francesa.shtml. Acesso em: 16 jun. 2025.

ALEIXO, Rafael. **Voo com funcionários da Petrobras chega a Oiapoque para início de atividades operacionais no litoral do AP.** G1 Amapá, 4 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/11/04/voo-com-funcionarios-da-petrobras-chega-a-oiapoque-para-inicio-de-atividades-operacionais-no-litoral-do-ap.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ARAYARA. **Ibama recomenda negar licença para explorar petróleo na foz do Amazonas.** Arayara, 30 abr. 2023. Disponível em: <https://arayara.org/ibama-recomenda-negar-licenca-petroleo-foz-amazonas/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BARBOSA, Cléber. **BR-156: a vovó das rodovias federais em construção no Brasil fica no Amapá.** Diário, 22 abr. 2018. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/br-156-a-vovo-das-rodovias-federais-em-construcao-no-brasil-fica-no-amapa/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. **Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.** Brasília: Presidência da República, 1943.

BROSSEAU, Georges. **Les richesses de la Guyane Française et de l'ancien contesté franco-brésilien.** Paris: Société d'Éditions Scientifiques, 1901.

CANTO, Fernando. **Cabralzinho, o herói desconhecido.** A Gazeta. Macapá, p. 1-2, 16 maio 2010. Disponível em: <http://fernando-canto.blogspot.com/2010/05/cabralzinho-o-heroi-desconhecido.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CENTRE PÉNITENTIAIRE DE RÉMIRE-MONTJOLY. **Centre pénitentiaire de Rémire-Montjoly.** Ministère de la Justice, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.apij.justice.fr/nos-projets/les-operations-penitentiaires/centre-penitentiaire-de-remire-montjoly>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CIMI. **Caminhos do Oiapoque.** Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2008. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/51954>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CIMI. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil.** Dados de 2018. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2025.

COSIPLAN. **Cartera de Proyectos.** Buenos Aires: Help Group S.R.L, 2017. 269 p. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/iirma/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

COUTO, Otávio Luís Siqueira. **Sobrecargas de esquecimento:** o caso dos brasileiros presos no Centro Penitenciário de Rémy-Montjoly – Guiana Francesa. 2024. 353 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2024.

DEUTSCHE WELLE. **Petróleo ameaça onças e maior manguezal do mundo na Amazônia.** Planeta, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://revistaplaneta.com.br/petroleo-ameaca-oncas-e-maior-manguezal-do-mundo-na-amazonia/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

EUROPE 1. **Au moins 200 gangsters brésiliens recensés en Guyane par les forces de l'ordre.** Info Europe 1, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.europe1.fr/Police-Justice/info-europe-1-au-moins-200-gangsters-bresiliens-recenses-en-guyane-par-les-forces-de-lordre-4237653>. Acesso em: 11 jun. 2025.

FAMA (Amapá). **Economia do Amapá:** entenda o crescimento do estado. 2020. Disponível em: <https://blog.faculdadedemacapa.com.br/economia-do-amapa/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

A FRONTEIRA entre Brasil e Guiana Francesa (França) e a Pandemia de COVID-19. Direção: Luan Cardoso. Produção: Anna Vis. Realização: Luan Cardoso. Roteiro: Gutemberg de Vilhena Silva e Luan Cardoso. São Paulo: Quixó Produções, 2022. 1 vídeo (20 min.), son., color., legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JDATnG1hQFI>. Acesso em: 5 jun. 2025.

GRAYER, Eduardo. **França vai retomar emissão de vistos para Guiana Francesa no Amapá.** Estadão, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/franca-vai-retomar-emissao-de-vistos-para-guiana-francesa-no-amapa/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados.** Oiapoque. Censo de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/oiapoque.html>. Acesso em: 25 jan. 2025.

INSEE. **Guyane.** Population municipale légale et taux d'accroissement annuel entre 2009, 2014 et 2020. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/6681450>. Acesso em: 25 jan. 2025.

JORGE, Artur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999. 165 p.

JUNQUEIRA, Caio. **Amapá vive expectativa de desenvolvimento com petróleo**. CNN Brasil, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/amapa-vive-expectativa-de-desenvolvimento-com-petroleo/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LNCC. **Fronteira Brasil-Guiana Francesa**. LNCC, 2024. Disponível em: <https://info.lncc.br/guifrhis.html>. Acesso em: [inserir data de acesso].

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, María Laura et al. (org.). **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 241-284.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2012.

PENHA, Rayane. **Exploração de petróleo assombra pescadores da foz do Amazonas**. Agência Pública, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/exploracao-de-petroleo-assombra-pescadores-da-foz-do-amazonas/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PEREIRA CARNEIRO, Camilo. **Trabalho de campo na fronteira Brasil-Guiana Francesa**. Realizado entre 24 agosto e 2 de setembro de 2024. Oiapoque: UNIFAP, 2024. 15 p.

PETROBRAS. **Novas Fronteiras de Exploração**. Petrobras, 9 abr. 2024. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/novas-fronteiras?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwyL24BhCtARIsALo0fSDXK0N30lfdaNN_Kg5lu6t6aga1R1knI9s6o0ov9aWtOaLJLd3WZnYaAjbuEALw_wcB. Acesso em: 16 fev. 2025.

PORTO, Jadson Luíz Rebelo; COSTA, Jodival Maurício da. Ensaios de interações transfronteiriças Amapá-Guiana Francesa (1943-2013): reflexões de uma fronteira tardia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 4, n. 7, p. 20-46, jan./jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/download/12475/pdf_68. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stephane; LE TOURNEAU, François Michel. Challenges to circulation on the border between Brazil and French Guiana (France). **Mercator**, [s. l.], v. 18, n. 8, p. 1-15, 15 ago. 2019.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane. Abrir, filtrar e fechar na trajetória entre o estabelecimento da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (FR) e a crise sanitária da Covid-19. In: FERRARI, Maristela. **Fronteira, território e ambiente**: diálogos entre América Latina e Europa. Cascavel: Edunioeste, 2020. p. 567-586.

SILVA, Yanomami dos Santos et al. Exploração de hidrocarbonetos em área limítrofe ao território Karipuna: Desenvolvimentismo extrativista, saberes indígenas e predação estatal na Amazônia guianense do século XXI. **Revista de Direito Socioambiental**: Dossiê “Povos, territórios e direitos: diálogos socioambientais”, [s. l], p. 79-95, jul. 2023.

TOSTES, José A.; FERREIRA, José F. de Carvalho. O Amapá e a Guiana Francesa sob a ótica do corredor transfronteiriço. **Confins** n. 31, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317800017_O_Amapa_e_a_Guiana_franceza_sob_a_otica_do_corredor_transfronteirico. Acesso em: [inserir data de acesso].

VILLANOVA, Giuliano. **Amapá será um dos estados mais beneficiados com Margem Equatorial na produção de petróleo**. Diário do Amapá, 28 out. 2024. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/amapa-sera-um-dos-estados-mais-beneficiados-com-margem-equatorial-na-producao-de-petroleo/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuição dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor, Camilo Pereira Carneiro Filho, ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico conceitual. A segunda autora, Laura Beatriz Silva Leal, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise, bem como pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais do BGG.

Camilo Pereira Carneiro Filho. Professor adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Geografia pela UFRGS, mestre em Geografia pela UFRJ, bacharel e licenciado em Geografia pela PUC-Rio.

Laura Beatriz Silva Leal. Licencianda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).